



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME

SECRETARIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
DEPARTAMENTO DA REDE SOCIOASSISTENCIAL PRIVADA DO SUAS  
COORDENAÇÃO GERAL DE CERTIFICAÇÃO DAS ENTIDADES BENEFICENTES DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

NÚM. PARECER: 138396/2016  
PROTOCOLO: 71000.114660/2012-67 TIPO DE PROCESSO: Concessão  
C.N.P.J: 06.092.014/0001-69 DATA DE PROTOCOLO: 18/10/2012  
ENTIDADE: AÇÃO SOCIAL RECOMEÇAR - REC  
MUNICÍPIO: BRASÍLIA UF: DF  
ÚLTIMA CERTIFICAÇÃO: A DILIGÊNCIA/OF. COMPL.: 1078/2015

ANÁLISE TÉCNICA

I) DOCUMENTOS OBRIGATORIOS: Não apresentou todos os documentos  
(Documentos Declararação de gratuidade; Demonstração de resultado de exercício (D.R.E.); Inscrição no Conselho Local de Assistência Social; Nota explicativa)

II) FINALIDADES OU OBJETIVOS DO ESTATUTO SOCIAL:  
a) Compatibilidade do estatuto com LOAS: art. 34, I, Dec. 7.237/10 ou art. 39, I, Dec. 8.242/14  
b) Destino do patrimônio em caso de dissolução: art. 3º, II, Lei 12.101/09  
Compatível com a legislação Compatível com a legislação

III) ATIVIDADES DO RELATÓRIO: art. 18 da Lei 12.101/09 Atua na assistência social atendimento  
Oferta(s) Usuário(s)  
convivência e Fortalecimento de Vínculos adolescentes; adultos; crianças; jovens  
Qualificação usuário

Outras ofertas (anteriores à lei):

IV) GRATUIDADE (a partir dos documentos apresentados): Art. 18 da Lei 12.101/09 e Art. 57 do Decreto 8.242/14 Não apresentou documento que demonstre gratuidade

V) MANIFESTAÇÃO DE OUTRO ÓRGÃO: Número(s):

VI) CONTINUIDADE, PLANEJAMENTO e UNIVERSALIDADE DAS OFERTAS: Art. 18 da Lei 12.101/09 Não

VII) CONCLUSÃO DO PARECER: INDEFERIDO

Motivo em caso de indeferimento: Não apresentou documento(s) obrigatório(s)

Muito embora a entidade tenha sido diligenciada (ofício nº 1078/2015), não apresentou o(s) seguinte(s) documento(s): Declaração de gratuidade; Demonstração de resultado de exercício (D.R.E.); Inscrição no Conselho Local de Assistência Social; Nota explicativa. A ausência deste(s) documento(s) impossibilita a análise dos requisitos da certificação.

A entidade poderá recorrer da decisão em até trinta (30) dias a partir da publicação no Diário Oficial da União (D.O.U.). Ressalta-se que o recurso não tem efeito suspensivo, ou seja, a partir da publicação do indeferimento a entidade perde o direito à isenção do art. 29 da Lei 12.101/09.

Caso o fundamento do indeferimento seja a não apresentação de documentação obrigatória, a entidade poderá apresentar em sede de recurso a documentação faltante indicada acima.

[www.mds.gov.br/assistenciasocial](http://www.mds.gov.br/assistenciasocial)

Brasília, DF 29/01/2016

Marília Carvalho  
CGCEB/DRSP/SNAS/MDS

Maria Helena Gabarra Osório  
CGCEB/DRSP/SNAS/MDS

Bárbara P. C. Campós  
DRSP/SNAS/MDS